

Aliança quer reduzir o projeto

Gerson Menezes

PMDB e PFL pretendem fechar um acordo de modo a estabelecer um prazo determinado para aprovação, após a promulgação da nova Constituição, de matérias de lei complementar e ordinária, como forma de permitir que o texto constitucional seja o mais reduzido possível. Pretendem também promover negociações em torno da reforma agrária, firmando um texto mínimo que atenda à maioria de ambos os partidos.



Estes pontos foram acertados no jantar de quinta-feira à noite entre o presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e a cúpula do PFL. Segundo o deputado Inocêncio Oliveira, que compareceu representando o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, que estava viajando, Ulysses citou a reforma agrária como o ponto mais polêmico a ser resolvido na Constituinte e disse que há necessidade de estabelecer "núcleos básicos" de discussão em ambos os partidos, de modo a atender à maioria, "já que a todos será impossível atender".

O deputado pefelista relatou que houve um consenso quanto à necessidade de se extirpar, do projeto constitucional, tudo o que diz respeito a leis complementares ou ordinárias, ao mesmo tempo em que se chegou à conclusão de que isso será muito difícil por envolver um grande número de emendas já apresentadas, cujos autores oporiam resistência. O presidente do PFL, senador Marco Maciel, foi quem teve a idéia de propor — segundo Inocêncio — que se estabelecesse um prazo durante a própria Constituinte para a complementação das leis, de modo que o texto da Carta ficasse mais "enxuto" — talvez um máximo de 200 artigos, como se pretende. Imediatamente, segundo Inocêncio, todos acataram a sugestão.

PMDB e PFL pretendem se reunir para iniciar as negociações logo após a convenção do PMDB, neste final de semana. Fechados os pontos básicos, as negociações serão levadas aos outros partidos, que são minoritários. Inocêncio disse que Ulysses ficou de procurar o PFL logo após a convenção, sobre a qual não fez previsões, adiantando apenas que não acreditando num "racha" do PMDB. Ele teria também cobrado o apoio do PFL ao "Plano Bresser", recebendo de Aureliano Chaves a resposta de que, embora os liberais em peso apoiem o Plano, a necessidade maior é de que o PMDB o faça de forma mais consistente, de maneira inclusive a oferecer respaldo político ao Governo para negociar a dívida externa.

Moral evangélica

Em audiência com o presidente interino Ulysses Guimarães, ontem à tarde, 19 deputados evangélicos lhe comunicaram que pretendem defender em conjunto, para a futura Constituição, "idéias progressistas no campo social e conservadoras no campo da moral e dos costumes". Ao dar a informação, o deputado Gidel Dantas (PMDB-CE), que também é presidente da Confederação Evangélica do Brasil, disse que Ulysses Guimarães pediu aos parlamentares que colocassem suas propostas em documento.

Dia da coleta

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), juntamente com os pequenos partidos, realizaram ontem em Natal (RN) o Dia Nacional de Coleta de Assinaturas para emendas populares que serão encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte.

Emendas de Natal

O Comitê Popular Pró-Constituinte saiu às ruas de Maceió, ontem à tarde, para recolher assinaturas de eleitores para emendas a serem apresentadas à Constituinte. No calçadão do centro foram instaladas as bancas para as assinaturas. Os eleitores alagoanos poderão subscrever emendas que estabelecem eleições para Presidente no próximo ano, outra favorável à implantação da reforma agrária e uma terceira contra a interferência dos militares na vida política nacional.



Ulysses se reuniu com a cúpula do PFL em busca de um acordo para reduzir os artigos na nova Carta

Desinteresse marca primeiros 3 dias

Os primeiros três dias de discussões, em plenário, do anteprojeto de Constituição caracterizaram-se pelo desinteresse da maioria dos constituintes. As sessões ficaram vazias e raramente os temas discutidos foram de ordem constitucional. Nos dois primeiros dias, a Mesa teve que acionar a campanha para chamar os parlamentares em seus gabinetes, pois não havia o mínimo 56 presentes, depois do pedido de verificação de quórum. Na sessão de ontem o pedido não foi sequer apresentado e apenas 15 parlamentares compareceram.

Nesses três dias, apenas quatro constituintes usaram a tribuna para discutir o projeto da Constituição. Mesmo assim, os temas não geraram debates entre os parlamentares presentes. Questões polêmicas como a reforma agrária, a estabilidade no emprego e o conceito de empresa nacional ficaram de fora.

A grande discussão até agora é sobre o próprio Regimento Interno da Constituinte, que na opinião dos deputados Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) está causando todo o desinteresse pelas discussões. Plínio quer alterar o regimento, para permitir que os temas sejam fixados previamente. Só assim, segundo acredita, evitar-se-á o esvaziamento das sessões. Tanto ele como Vivaldo Barbosa foram responsáveis por dois pedidos de verificação de quórum. Ontem, eles não estiveram no plenário.

Convenção

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB), presidente do Congresso, é favorável à alteração do regimento. Ele só está esperando o resultado da Convenção Nacional do PMDB, neste fim de semana, para manifestar sua opinião ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte.

Em geral, os temas discutidos

dizem respeito apenas a questões conjunturais. No primeiro dia, os assuntos abordados foram os mais variados, desde a duplicação de uma rodovia à crise na criação de suínos. Na quinta-feira, os oradores se ocuparam mais em criticar a aplicação da Lei de Segurança Nacional contra líderes do PT e da CUT, acusados pelo Governo de dirigirem palavras ofensivas ao Presidente e de incentivarem o saque.

Na sessão de ontem, o grande tema foi a convenção do PMDB e o congresso da SBPC. O deputado Waldir Pugliesi (PMDB-PR) usou seus três minutos no horário destinado ao pequeno expediente para criticar a cúpula do seu partido, "que não está querendo definir o mandato do Presidente e o regime de Governo". Não definir nada, na sua opinião, "é fraude".

Críticas

O deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) ocupou a tribuna para criticar a posição do seu colega. Para ele, "os que defendem um mandato de quatro anos são minoria", que se destacam por aparecerem diariamente na imprensa. Waldir Pugliesi foi apoiado pelos deputados Aldo Arantes, do PC do B, Amaury Müller e Adhemar de Barros Filho, do PDT.

O único orador inscrito para falar de temas constitucionais ontem foi o deputado José Mendonça de Moraes (PMDB-MG). Por 40 minutos ele se limitou a criticar todo o projeto do relator Bernardo Cabral, da Comissão de Sistematização. Para ele, o texto "é um 'monstro' cheio de detalhes que não servem para nada". Mendonça criticou ainda a rigidez do regimento, "que prevê apenas 60 dias para a votação da Constituição". Ele pregou uma Constituição sintética para o País, a exemplo do que existe em outras nações desenvolvidas.

PDS critica programas

O deputado César Cals Neto, falando em nome da liderança do PDS, ontem no plenário da Constituinte, ocupou a tribuna para criticar os programas "A Voz da Constituinte" e "O Diário da Constituinte", veiculados sob a responsabilidade da primeira-secretaria da Mesa, no rádio e na televisão. Segundo ele, "está havendo manipulação dos programas".

"Os espaços não estão sendo democráticos", disse o Deputado, afirmando que há sempre um grupo de parlamentares que dá depoimentos nos dois programas. César Cals Neto disse que vai encaminhar um projeto de resolução à Mesa da Constituinte criando um conselho editorial, com a participação de todos os partidos, que deverá ser responsável pelos dois programas.

O senador Iram Saraiiva (PMDB-GO) levantou questão de ordem para se solidarizar com o deputado Mar-

celo Cordeiro (PMDB-BA), primeiro-secretário da Mesa, e contestando as acusações de César Cals Neto. No final da sessão, o deputado Aylson Motta (PDS-RS) pediu ao presidente da sessão, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), que requisitasse todas as gravações e tapes dos programas para verificar a veracidade das acusações.

As críticas de César Cals Neto a Marcelo Cordeiro, pela forma como vêm sendo divulgados os trabalhos da Constituinte, não são as primeiras. Quarta-feira, o deputado José Egreja (PTB-SP) já havia investido contra o primeiro-secretário da Mesa da Constituinte, atribuindo a ele as "distorções" no noticiário do "Diário da Constituinte". Egreja, pecuarista na região de Araçatuba, também responsabilizou Cordeiro por apresentar a reforma agrária como "única salvação do País".

Cabral atende reivindicação de prefeitos

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), atendendo a uma reivindicação dos prefeitos de todo o País, deve colocar no capítulo das disposições transitórias de seu substitutivo ao projeto de Constituição, um dispositivo que garanta a implantação da reforma tributária pela União, imediatamente após a promulgação da nova Constituição do Brasil.

Ele foi procurado ontem por uma comitiva de prefeitos formada por Saturnino Braga (Rio), Jarbas Vasconcelos (Recife), Roberto Requião (Curitiba) e José Magalhães Teixeira (Campinas), preocupados com a falência das prefeituras, caso a redistribuição dos tributos, conforme foi estabelecido pelo texto de Cabral, não comece a vigor logo nos primeiros meses de 1988. Segundo o relator, os prefeitos comprometeram-se a lhe enviar um documento, assinado por todos os prefeitos de capitais, propondo a melhor forma de viabilização da reforma tributária já.

Para Cabral, a maior surpresa da visita dos prefeitos foi a demonstração de que eles já estão satisfeitos com o texto tal qual está: "Após tantas críticas, recebo um grupo que se considera satisfeito com o que dispõe o projeto de Constituição. Eles não reivindicaram qualquer mudança, a não ser a aplicação imediata do que dispõe o texto após a promulgação da nova Carta".

Desmentido

Ontem, o relator da sistematização fez questão de desmentir a notícia de que o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, havia solicitado à OAB a preparação de uma espécie de substitutivo ao projeto de Constituição. Segundo ele, que participou da reunião de quinta-feira, no Palácio do Planalto, com os integrantes da OAB e o Presidente da República em exercício, o que foi solicitado da entidade foi uma contribuição através de sugestões específicas sobre o Poder Judiciário: "A OAB comprometeu-se a me enviar um documento, sob a forma de sugestões, sobre a organização do Judiciário — apesar do apreço que tenho por aquela entidade, da qual sou ex-presidente, não poderia acolher sugestões sobre todo o projeto, pois tenho compromisso de ouvir todas as camadas da sociedade brasileira, para a confecção de meu substitutivo".

Josemar Gonçalves



Cabral quer reforma garantida